

ATA DA 022ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2020  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 19h12, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

\*\*\*\*\*

**Ordem do Dia**

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Submeto à discussão o parecer da Comissão Especial que autoriza a instauração de processo por crime de responsabilidade contra senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, na forma do PDL nº 008/2000.

Consulto o líder do MDB. Quem fará uso da palavra no horário destinado pela legislação à bancada do MDB.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Senhor presidente, os Deputados Fernando Krelling e Volnei Weber.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Tem a palavra, inicialmente, o Deputado Fernando Krelling e depois o Deputado Volnei Weber.

O SR. DEPUTADO FERNANDO KRELLING - Muito boa noite a todas as pessoas aqui presentes, deputados que nos acompanham pela TV da Assembleia Legislativa.

Em 2019, começou um novo Governo em Santa Catarina, o novo Governo. Governo que se vendeu nas urnas como novo, 71% da população catarinense fez essa escolha, inclusive eu, no segundo turno, apoiei o Governador com meu voto, não fiz apoio explícito, mas com o meu voto, e a Vice-Governadora Daniela. E tivemos a primeira reunião com a o Governador eleito e Vice-Governadora, onde sentamos, os dois sentaram na nossa frente e disseram o seguinte: "agora é o novo Governo, agora é uma nova forma de administrar Santa Catarina, agora tudo será diferente". Esse foi o nosso cartão de boas-vindas, do Governador para a Assembleia. Achei maravilhoso, que bacana, porque eu também entrei na Assembleia nessa intenção, nesse discurso, nessa forma de agir, e sempre falando de novidades, de fatos novos e de pensar no bem do catarinense.

Ao passar do tempo, houve acertos, houve erros. Saúdo vários secretários aqui presentes, pessoas comprometidas, e quero citar aqui o secretário Tasca, secretário Vieira, o secretário Paulo Eli, secretário Rogério Siqueira, que chegou há pouco tempo no governo. Comprometidos. Mas quando a gente olha lá na Agrônômica, com todo o respeito, que eu sempre tive pela figura do Governador do Estado, esse respeito começou a se perder no meio do caminho pela população catarinense. Arrogância e a prepotência é a chave do fracasso, já dizia minha avó há muitos anos.

Então, hoje, o meu voto é com a consciência muito tranquila, muito leve, voto pela minha cidade, voto pela honestidade, voto pela coisa certa. Muito se falou em política nova, em política velha, isso é tudo balela. Existe o certo e o errado, e eu sempre fui pelo certo. E se em algum momento na minha vida errei, dei um passo

atrás, fui humilde, admiti e tentei corrigir, coisa que muitas vezes não aconteceu no Governo. Faltou respeito com muita gente, faltou respeito com os eleitores, mesmo com todas as intenções, mas faltou respeito em alguns momentos. Faltou respeito com 7 milhões de catarinenses, faltou respeito com o Parlamento. E eu não preciso, governador! Eu não preciso que o senhor me respeite, não preciso que o senhor faça nada por mim, mas o senhor errou, o senhor vai ter que pagar o preço. Ainda existe, o processo não acaba hoje, hoje não é o afastamento, o *impeachment* do Governador. Hoje, nós estamos dando prosseguimento a um processo que ainda existirá uma comissão, que fará toda a análise, tanto com o Judiciário, quanto cinco membros aqui do Legislativo.

Neste momento, que estamos em pré-eleições municipais, onde a eleição começa a virar assunto nos papos de amigos, nas rodas, nas redes sociais, e começa a entrar na cabeça das pessoas que o pleito eleitoral está se aproximando. Pessoas mal intencionadas acabaram fazendo pré-julgamento da minha pessoa. Por causa de uma aliança partidária, acharam que eu poderia vender o meu voto, e muitas pessoas ficaram aguardando, hoje, o meu voto aqui na Assembleia Legislativa, achando que o meu voto tinha preço. O meu voto não tem preço. Não tem coisa melhor do que chegar em casa, colocar a cabeça no travesseiro, olhar para a Fernanda, minha esposa, olhar para o Gui, meu filho de 10 anos, e dizer assim: "Eu nunca vou decepcionar vocês". Fico muito feliz por poder fazer isso. Então, hoje eu estou muito tranquilo com o meu voto, apanhei muito no dia de ontem, não dormi essa noite porque eu fiquei mal, por tanta injustiça e tanto pré-julgamento. Talvez seja um desabafo que há muito tempo eu tenho que fazer aqui, estou fazendo um desabafo, do que a minha família tem sofrido nos últimos tempos, mas dizer para todos vocês que nos acompanham, meu voto não tem preço, minha dignidade ninguém compra, meu caráter ninguém muda. Então, o meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Tem a palavra o Deputado Volnei Weber.

O SR. DEPUTADO VOLNEI WEBER - Muito bem, senhor presidente, deputados, deputadas, as pessoas que nos acompanham.

Bem, é o momento que Santa Catarina passa, no dia de hoje, de tristeza, mas é momento que temos que agir não com a emoção, mas sim com a razão. Sempre falei que o Governador de Santa Catarina, o Governador Moisés, ele não é o meu projeto, não é o projeto do meu partido, do MDB, mas ele é o nosso governador, e avião que eu estou sentado dentro, eu não torço para cair, e é ele que está no comando. É o Governador Moisés que está no comando. Tenho dito que eu não seria, em momento algum, oposição a Governador, quem quer que fosse ele. O nosso projeto do MDB ficou no meio do caminho, temos que ter a humildade de reconhecer e de dizer isso. Mas, eu não torço para esse Governo fazer um grande trabalho para ele se consolidar politicamente, mas eu torço e sempre torci, sempre disse e continuo dizendo, que ele faça um grande trabalho para que Santa Catarina continue crescendo e os catarinenses não percam quatro anos.

A consolidação política é automática, é pelo trabalho. Muito bem, sempre fui muito bem atendido por dentro do Governo, em nenhum momento eu fui desrespeitado. Talvez não consegui êxito naquilo que pretendi, mas desrespeito comigo ... Eu tenho que dizer que nunca faltou. Mas enfim, seguindo, eu estive, neste ano que estamos vivendo agora, neste ano difícil, de pandemia, de confusão, eu completo 12 anos em participação em Poder Público, começando pelo Legislativo municipal, indo para o Executivo municipal, indo de novo no Executivo municipal, e hoje, graças a trabalho, a determinação e dedicação, e por Deus ter me oportunizado paz e saúde, eu estou aqui representando o Legislativo, o estado de Santa Catarina. Mas, quando eu estive prefeito, eu sempre me ative legislação, a reposição salarial, ao aumento de salário, por entender que um ou outro merecesse, pela sua capacidade, sua desenvoltura no trabalho, eu jamais poderia fazer sem a autorização Legislativa. Tão logo segui esse

caminho, mas me lembro bem que um dia desses, quando visitei o Ministério Público, por algum deslize não intencional, e aí quando o Ministério Público me perguntou sobre algo que não cometi, por mais que pequei, mesmo pecado foi pequeno, eu respondi ao Ministério Público que eu não sabia, me perdoe porque eu não sabia. A resposta daquele Ministério foi da seguinte forma: se você não sabia, você agora tem mandato, tem obrigação de saber. Tinha a obrigação de saber, aquilo para mim foi tudo. Foi tudo. Voltei para casa, voltei para o município, e assim fiquei muito mais atento.

Quanto à decisão judicial, que aqui muito foi falado, eu sou leigo na questão judiciária, mas o básico a gente sabe, que para pagamento de decisão judicial ou de precatório, ele tem que estar previsto na Lei Orçamentária para o ano seguinte. Então, eu não posso, por uma decisão judicial, simplesmente mexer no meu orçamento do ano vigente, porque ele já está preparado, ele vai abalar a estrutura do Município ou do Estado, onde nós estivermos representando a administração.

Então, eu quero dizer o seguinte, que no dia de hoje, enquanto eu percorria a rodovia para estar aqui nesse momento, eu observava o volume de veículos numa rodovia, e nesta rodovia muitos faziam as suas manobras e a condução dos seus equipamentos, muitos de forma cautelosa, outros faziam de forma mais agressiva, e alguns deles, era perceptível que faziam a sua condução com barbeiragem. E aí eu pergunto, e eu me coloquei naquela hora como, observando os veículos de carga, aquele volume de equipamentos em cima da rodovia, eu me coloquei como um gerente de uma transportadora ou proprietário de uma transportadora. Sabendo que eu tenho equipamentos, eu tenho que contratar colaboradores para conduzir esses equipamentos. E aí, eu contrato motoristas habilitados com a Carteira Nacional de Habilitação. Eu entendo que ele está preparado, e aí eu solto ele nesse equipamento por esse Brasil afora, mas tão logo eu sou comunicado que tal motorista vem fazendo barbeiragens, e eu mesmo, verificando de perto, confirmo que isso realmente

é verídico. Fica a pergunta, eu seria responsável em manter esse motorista conduzindo o equipamento da empresa que eu represento? Fazendo com que ele caia no abismo, ou ele danifica o equipamento da empresa, ou ele coloca em risco a sua vida e coloca em risco a vida de tantas outras pessoas que estão dentro dessa empresa, e aqui eu falo dessa empresa, Estado de Santa Catarina. Então, eu acredito que eu sou responsável sim, afastando ele da função, porém não julgando, porque ele não é um mau elemento, ele não é desonesto, ele não cometeu ato ilícito, mas ele não está preparado. Então, eu entendo que eu tenho que afastar da função, porém, por mim, pode ficar trabalhando na minha empresa, porque ele é gente boa. É um bom trabalhador. Ele produz, mas em outra função.

Então, quero dizer aqui nesse momento, que nós não estamos aqui, e eu tenho que justificar isso para os eleitores dos 41.353 votos que me credenciam a estar aqui nessa cadeira no dia de hoje, que parte concorda com o afastamento, mas parte não concorda com o afastamento. Mas, eu tenho que ter posição. Eu quero aqui justificar que, nesse momento, nós não estamos afastando o Governo e nem a Vice-Governadora. Nós estamos aqui proporcionando o andamento do processo, para buscar e apurar, como disse o nosso grande professor Sérgio Motta, oportunidade de continuar analisando o processo. Se tiver algo de errado, a condenação. Se não tiver algo de errado, volta, continua fazendo a gestão do nosso Estado e aí pode contar comigo sempre.

Então, não é marcação pessoal, não é demagogia, não é desrespeito, não é desonestidade e também não é o "pacotão", como estão falando aí, que tem um acordo para botar outro Governador. Eu quero dizer que Governador aqui, não está predeterminado quem será. Se for eleição direta, todos os catarinenses estão com condições de serem candidatos, e se for eleição indireta, todos nós aqui também, todo catarinense pode ser candidato. E aí, aqui eu também tenho que dizer que se preciso for, ainda me coloco à disposição. Se for escolhido por aqui, o nosso partido MDB também tem

nove votos, e tem chances sim de fazer o Governo, mas não é isso que nós estamos pleiteando nesta hora. Nós estamos aqui fazendo a tratativa, se é certo ou se é errado.

Mas, enfim, no dia de hoje dando a oportunidade à comissão que será formada daqui para frente, para fazer a análise, a avaliação e aí sim, o julgamento, que tira também a característica política, porque será sorteado cinco Desembargadores e conduzido o processo pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Então, acho que é democrático esse processo, é muito válido e é sadio.

Então, o meu voto, senhor presidente, a todos companheiros e ao povo catarinense, nesse momento ele é, antecipadamente, "sim", pela continuação do processo de análise. Grande abraço.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Deputado Vampiro, mais nenhum inscrito no MDB?

Com a palavra o sr. Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Senhor presidente, o próximo orador é o Deputado Alba. Vossa excelência com a palavra, deputado Alba.

O SR. DEPUTADO RICARDO ALBA - Senhor Presidente, colegas Deputados, colegas Deputadas, público presente.

Que dia lamentável para a política catarinense. Talvez o meu pronunciamento, aqui nessa Casa, seja um dos mais esperados, porque eu faço parte do Governo, eu ajudei a eleger esse Governo, eu ajudei eleger o Bolsonaro, eu integro o time do Bolsonaro e eu ajudei a atender inúmeras demandas de Santa Catarina com o Governo, a exemplo das demandas da Saúde, dos hospitais filantrópicos da região, e aqui eu vejo vários secretários, que fizeram e que fazem um excepcional trabalho. Secretário Natalino, secretário André, secretário Vieira. Não são eles que estão sendo julgados nesse momento, não é a gestão de cada um. Só que Governar Santa Catarina não é só gestão, é política também, é relacionamento político. Relacionamento político é relacionamento humano, coisa, Deputado Coronel Mocellin, que desde o início, e o senhor é

testemunha, está aqui do meu lado, e pegue o microfone, me corrija se eu estiver mentindo, coisa que desde o início faltou para o Governo. Relacionamento institucional, relacionamento político, estou falando de relacionamento republicano com a Assembleia Legislativa, com o Tribunal de Justiça, com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público. Faltou desde o início, e não foi por falta de aviso. Não foi por falta de aviso.

Em inúmeras oportunidades eu, ao lado do Coronel Mocellin, estive na Agrônômica falando que a relação com a Assembleia Legislativa estava péssima, falando que os Deputados não conseguiam contato, reclamando do atendimento de um ou outro servidor comissionado, falando que as conversas republicanas e a coalizão para administrar Santa Catarina era necessária. Ninguém exerce o Poder sozinho, desde o início eu falei isso. Desde o início, e o Coronel Mocellin minha testemunha, porque ele falou isso também do meu lado, para o Governador, que é assim bem intencionado, mas que faltou o jogo político. Faltou o traquejo político. Parece que agora, talvez seja tarde, talvez não, caiu a ficha.

Eu faço questão de deixar aqui registrado esse meu posicionamento, eu fiz campanha com o Bolsonaro, fiz campanha com o time do Bolsonaro em Santa Catarina. Esse mesmo time hoje, esse mesmo eleitor hoje, que elegeu o Governador, está pedindo a sua responsabilização no processo de *impeachment*. Esse mesmo eleitor que nos colocou aqui, seis Deputados na bancada, que me fez o Deputado mais votado de Santa Catarina com 62 mil votos, está pedindo o prosseguimento do *impeachment*.

Então, eu vou seguir o meu eleitor. E que ninguém, nem mesmo o Governador me olhe com olhar de censura. [Transcrição: Roberto Martins]  
[Revisão: Taquígrafa Sara L. Medeiros]  
Porque eu avisei do jogo político, do jogo republicano e da relação com os Poderes desde o início. Desde o início! E não fui ouvido, desde o

início. Então, ninguém que ouse me olhar com olhos de censura.

Voto para a continuidade do prosseguimento do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sr. Deputado Sargento Lima, mais algum inscrito no PSL?

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Sim, sr. Presidente, o Deputado Coronel Mocellin.

Com a palavra, o sr. Deputado Mocellin.

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Obrigado, meu Presidente.

Cumprimentando a todos, em especial, aos excelentíssimos senhoras e senhores colegas Deputados.

(Passa a ler.)

"É sabido que desde as últimas eleições, em outubro de 2018, que a chapa vencedora do PSL, com o Governador eleito, Carlos Moisés, e a Vice-Governadora, Daniela Reinehr, mesmo com muita aprovação popular, não obteve a maioria nesta Casa. Mas, eu indago aos senhores, desde quando é obrigatório ter essa maioria? Será que não pode o Executivo fazer o seu papel e o Legislativo também o seu papel sem precisarem estar vinculados? Não deveria existir a independência entre os Poderes? Assim, já prevê a Constituição Federal e acredito que a população quer que cada um cumpra, de forma independente, as suas atribuições.

Faço, aqui, análises sob diferentes óticas, entendendo que isso explica a situação geral no qual se encontra esse processo que pede o afastamento dos cargos do Governador e da Vice-Governadora, apenas pelo fato de equiparação salarial dos Procuradores do Estado. Em primeira análise, que deve ser considerada, a sua gestão administrativo-financeira, na qual ficou evidente que o Governador saneou o Estado, quitou as dívidas da Saúde e está fazendo muitas obras pelo Estado com recursos da economia gerada pelo enxugamento da máquina do Estado e as revisões de contratos.

Uma análise jurídica sobre o pedido de *impeachment*, que deve ser a única forma a ser

considerada, revela ainda mais o absurdo. A equiparação salarial aos procuradores é medida executada entre outros órgãos estaduais, inclusive na própria Assembleia Legislativa, nesta Casa, sendo que atualmente essa equiparação não está sendo paga, e sob ela pende discussões judiciais em duas diferentes jurisdições. O Tribunal de Contas do Estado apenas se manifestou pela correção, suspendendo de forma temporária; por sua vez, o Tribunal de Justiça, em 2018, disse que o procedimento era válido, ainda, sem decisão final, ou seja, depende de nova decisão judicial.

E não sou eu quem diz isso. Eu tenho aqui o parecer, alguns pareceres, vou pegar aqui o primeiro parecer do Tribunal de Contas, que não faz qualquer acusação contra o Governador ou a Vice-Governadora. No final, aqui, do parecer do Tribunal de Contas, com pedido feito a ele, diz o seguinte:

'Diante do exposto, em conclusão, tem-se a informação de que não há qualquer deliberação parcial ou final, que aponte para a existência de nexos de causalidade entre o Governador do Estado e a prática de ato ilegal, omissivo ou comissivo, relacionado ao pagamento de verba intitulada verba de equivalência aos Procuradores do Estado de Santa Catarina', que é o que nós estamos discutindo, hoje, aqui.

Um parecer do Procurador-Geral do Estado realizado sob análise de uma ação civil pública, ele diz o seguinte, ao final: 'Desse modo, inexistem elementos de prova hábil a autorizar, até o presente momento, a instauração de procedimento investigatório destinado a apurar eventual ato de improbidade imputável ao Governador do Estado. Em face ao exposto, indefiro a instauração de inquérito civil público para apurar suposto ato de improbidade administrativa imputado ao Governador do Estado de Santa Catarina'.

O autor dessa ação civil pública, não satisfeito, entrou com recurso impetrado ao pleno do Ministério Público, que fez o seguinte parecer: 'Diante do exposto, considerando a ausência de elementos de prova ou de informações mínimas para

o início de uma apuração em relação ao Governo do Estado, posicionamo-nos no sentido de que a decisão e indeferimento da notícia, de fato, deve ser mantida'.

Então, está bem claro que não existe nada. Assim, causa muita estranheza esta Casa querendo ultrapassar limites da justiça e apontar ilegalidade não declarada. Destaca-se que todas as manifestações em vários tipos de decisões, em diferentes tribunais, foram no sentido de declarar a validade da dita equiparação. Deve ser juntado a tudo isso a questão da não participação do Governador do Estado, da Vice-Governadora na decisão proferida no processo administrativo concedido da equiparação. Acusam o Governador de ter autorizado o pagamento da verba de equivalência aos Procuradores do Estado, ocorre que isso é uma grande falácia contada nesse processo. No ofício da PGE encaminhado ao Governador, este, simplesmente, prestem atenção senhores, autorizou o processamento, inscrição e análise do pedido, conforme determina a própria legislação, e foi muito bem esclarecido aqui pelo Doutor, advogado do Governador.

Assim, é possível afirmar que o Governador não autorizou o pagamento e, sim, a análise. A conclusão com o parecer jurídico que apontou a legalidade de pagamento foi direto para o desencadeamento das providências, como sempre ocorre nesses atos administrativos, e isso é procedimento padrão. E isso está no relatório da Comissão Especial desse processo de *impeachment*."

Eu conheço um pouco como funcionam esses processos, durante mais de três anos no comando-geral, recebia com frequência decisões judiciais para pagamento, digamos de alguma ação judicial, e eu encaminhava para a Procuradoria-Geral do Estado dar o parecer, ela dava o parecer, isso é uma decisão que tem que ser cumprida, e o Governador, como é que ele vai contrariar uma decisão de 13 procuradores concursados, como foi falado. Ele vai consultar outro advogado para saber se eles estão certos? Eu acho que não faz o mínimo sentido essa imputação a ele, essa responsabilidade.

(Continua lendo.)

"Então, um ato desproporcional, apressado e descabido pode cometer uma grande injustiça, tanto pelo ângulo legal como pelo político, haja vista que cabe a cada Deputado zelar pela guarda da democracia e respeitar a soberania do voto dos catarinenses. Reflito, agora, sobre essa responsabilidade e lembro-me do juramento feito sobre a nossa Carta Magna, não desprezarei isso, também não desprezarei o bom senso. Lembro, inclusive, dos bons ensinamentos de casa, dos meus pais, seja justo e não se deixe enganar. Acredito que também todas as senhoras Deputadas e senhores Deputados, a quem eu tenho o mais profundo respeito e admiração, têm esse sentimento como alicerce."

E concordo, aqui, que houve falhas no Governo, mas eu pergunto em qual governo não teve falhas, qual o governo não errou. E pela análise que eu fiz aqui, a minha consciência não me permitiria votar a favor desse *impeachment*. É esse o meu posicionamento, Presidente.

(Palmas)

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Muito obrigado, Deputado Coronel Mocellin.

Deputado José Lopes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Sr. Presidente, eu não vou entrar mais no mérito técnico, porque eu já falei sobre isso, muitos já falaram. É um processo onde nós estamos dando a admissibilidade para que se continue a investigação de algo que não é certo. Não é certo. Não podemos dizer, aqui, que não tem. Temos que, sim, jogar para frente e que na comissão mista se decida. Nem o Tribunal de Justiça definiu ainda o que está irregular, ou se não está. O processo existe e nós precisamos, sim, jogar para frente para que isso seja, de fato, investigado e apurado.

E não podemos dizer, aqui, que o processo é frágil. É o mesmo que dizer que roubar pouco está tudo bem. Não é? Roubar pouquinho não tem problema. Então, se existe irregularidade, nós precisamos jogar para frente. E eu achei muito

estranho que, nas últimas semanas, assim, um amor repentino pelo Governador, pela Vice-Governadora, de certos jornalistas da rede televisiva, amor repentino, tentando desqualificar o processo de *impeachment* desta Casa. Deve ter custado caro esse amor repentino, dizendo, um específico, falando que o processo foi adiantado por causa do processo do Presidente da Casa, de que era terça-feira e, agora, passou para quinta-feira, desinformando. Não é defender ninguém, defender o processo, defender esta Casa. Desinformando as pessoas. O jornalista experiente, que não, sequer, se ateuve que esse era o rito, que depois de 48 horas de lido aqui, deveria ser então votado no Plenário. Não tem Plenário nas quintas-feiras à tarde, por isso que foi jogado para terça-feira, onde depois era o próximo. Mas, nós adiantamos, fazendo num dia que, normalmente, não tem Plenário. Também, falando que a segunda bancada, tendenciosamente, construída pelo Presidente da Casa, que a segunda a votar, seria o PSD com seis, desinformando os catarinenses. A segunda bancada a votar é o PSL com seis, não é PSD. Tem gente que precisa se aposentar, porque está fazendo mal para Santa Catarina, desinformando as pessoas.

Ainda, falando em entrevistas, jornalismo, eu pontuei aqui, porque será mesmo que o Moisés está se defendendo tecnicamente lá fora? Será que ele só está se defendendo se houve, ou se não houve? Porque nós somos criticados quando nós falamos que as questões políticas também influenciam. Eu peguei, aqui, alguns dos argumentos que ele está postando aí, em algumas entrevistas meio que combinadas. E peguei alguns argumentos, aqui, porque é estarrecedor. Primeiro: "A negociação com os Deputados não se trata de uma troca, se trata de mera justiça", Deputado Fernando Krelling. E, a comitiva do Governador estava aí, distribuindo bombom hoje de manhã. É, bombom! Recebeste um bombonzinho lá, Deputado Sargento Lima? Bombom, balinha, com certeza não era nada de secretaria, cargos, não é? Não era!

Inclusive, tentaram criar uma narrativa de que eu estava construindo, aqui, que eu negociei com o

Presidente da Casa cargos, que eu estava com negociação com outros interesses. Eu quero que apareça um desgraçado para dizer se algum dia, aqui, em qualquer lugar, eu negocie cargo. Por falar nisso, outra palavra: "Falou que alguns Deputados politizam demais este processo, mas que a maioria dos Deputados é de boa-fé". Você só é de boa-fé, Deputado, se tu estiveres a favor do Governador. E ele descobriu o Brasil, que nós Deputados politizamos o processo. Ele descobriu o Brasil, descobriu que nós somos políticos. É, descobriu o Brasil. Eu acho que ser de boa-fé, é nós denunciarmos que ele abriu oportunidade de pagar mais de 800 mil reais por mês, sem os devidos processos e os trâmites legais. Não estamos falando de dez reais, e nós denunciarmos aqui, nós não estamos agindo de boa-fé. Quando nós denunciarmos, aqui, o pagamento antecipado dos respiradores, nós também não éramos de boa-fé, nós não entendíamos nada. Quando nós falamos, lá, do hospital de Campanha, também nós não entendíamos nada, nós não sabíamos o que estávamos falando. Nós somos de má-fé, nós não temos boa-fé.

Outra fala: "Os resultados históricos que demonstramos, nós fizemos um trabalho de recuperação do nosso Estado que pode estar incomodando a muitas pessoas, que podem estar deixando muitas pessoas desconfortáveis". Os bons resultados do Governo estão nos deixando desconfortáveis, nós não estamos gostando dos bons resultados desse Governo. É isso que ele está falando por aí e que, por isso, nós queremos tirar ele.

Eu, realmente, estou desconfortável com os resultados desse Governo, com os mais de 500 mil desempregados, que as medidas da pandemia dele ocasionaram para Santa Catarina, ou da arrecadação na baixa de quase 20% por causa das medidas dele na pandemia, ou as dispensas milionárias com a desculpa da pandemia nos portos catarinenses. É por isso que eu estou e, nós, estamos desconfortáveis com esse Governo.

"Esse trabalho precisa continuar, não deve se perpetuar. Então, as pessoas não devem ter medo

que o Governador será um eterno candidato, que não é um grupo que ficará no poder *ad eternum*". Será que ele realmente pensa que nós estamos com medo que ele vai ficar no Governo para o resto da vida? Será que ele realmente pensa? Qual é o chá que ele está tomando para estar assim malucão para achar, realmente, que os Deputados estão preocupados que ele vai permanecer e nós precisamos golpear o Governador, porque ele está fazendo um perfeito Governo.

Outro aqui: "Eu preciso todos os dias ficar pensando o que me trouxe até aqui". Isso eu concordo, ele deveria, mas deveria ter feito isso desde o primeiro dia. O quê que levou, que o trouxe para cá? Porque se ele tivesse feito aquilo que o trouxe para cá, ele não estaria passando por este momento deplorável e colocando Santa Catarina numa situação vergonhosa, vexatória, porque não me venham falar aqui que, ah! é só o que é bom para Santa Catarina. Não coloque na boca de todos os catarinenses o quê que é melhor para Santa Catarina. Nós elegemos um Governador que deveria estar alinhado ao Governo Federal, porque ele não foi eleito, aqui, porque era o Carlos Moisés. Ele foi eleito porque era o governador do Bolsonaro, o mínimo que ele deveria ter feito era pensar, como ele falou, no que é que o trouxe aqui, e pelo contrário, menosprezou. Já começou quando ele botou na campanha dele, além de fazer arminha, o comandante Moisés e, assim que ele se elegeu, tirou o comandante, para ligar ao capitão, e aí passou a ser o Carlos Moisés, já mostrando total falta de personalidade.

Destituí as executivas do PSL, sabe as pessoas que foram para rua num momento difícil, que era difícil fazer campanha, que não tinha condição, todo mundo pegando firme, nas cidadezinhas mais sinceras lá, o pessoal fazendo campanha para o Governador, para o Bolsonaro, para os Deputados, e aí ele se elegeu. E numa reunião com os suplentes, com pessoas de executivas, ele só faltou dizer assim, agora vocês vão para casa que daqui para frente vocês não prestam mais, vocês não servem mais.

E não contemplou ninguém do time que genuinamente elegeu o Governador, mostrando total desconhecimento de causa ao assinar Agenda 2030, da ONU, agenda globalista, que tanto nós conservadores combatemos. Recebeu o MST na mesma semana que o Bolsonaro disse que não receberia um movimento ligado ao terrorismo. E, na mesma semana, ele afrontou uma decisão do nosso Presidente. Deixou no currículo escolar aquilo que nós mais repudiamos, que é a identidade de gênero, e esperou acontecer tudo o que aconteceu para ele se mexer, algo que deveria ser prioridade no Governo do Moisés, no Governo do Bolsonaro. Aumentou os defensivos agrícolas na mesma semana que o Presidente Bolsonaro estava ampliando as possibilidades de utilizações e tipos de defensivos agrícolas. Quando da queimada da Amazônia, a narrativa de que o Presidente é que estava incendiando a Amazônia. Agora, este ano vai começar de novo, é periódico, Bolsonaro exatamente bota fogo na Amazônia bem naquele mesmo período em que todo ano acontece, e já vem acontecendo. Mas, a culpa é do Bolsonaro.

E aí o bonitão em vez de defender, de quebrar essa narrativa, disse que não, eu estou mandando mais bombeiros lá para ajudar na queimada da Amazônia. E, em vez de defender o Bolsonaro das narrativas de ataques dos seus opositores. Nunca, nunca defendeu o Bolsonaro nas suas redes sociais. Jamais fez isso. Nunca deu, assim, uma moralzinha para o Presidente Bolsonaro, nem agora na pandemia que mandou para cá um monte de verbas extras, valores extras para pandemia, montava em cima e dizia que era ele que estava dando, que ele que estava conseguindo, que ele estava fazendo e nem um agradecimento para o Governo Federal que estava empenhando um dinheiro de gestão, para fazer coisas para o Brasil, estava tendo que retroagir dando para pandemia. E nem um agradecimento, nenhum reconhecimento para aquele que botou ele lá, naquele trono imaginário.

E quando ele assinou o manifesto em favor da democracia, quando o Brasil inteiro, a narrativa do jornalismo da extrema imprensa, dos radicais de

esquerda, dizendo que o Bolsonaro estava ligado a movimentos antidemocráticos, nunca aconteceu. E aí o Moisés e ao invés de defender o Bolsonaro, o que é que fez? Ele assinou uma carta em apoio ao Maia e ao Alcolumbre, como se o Bolsonaro tivesse a intenção de fechar aquela Casa. E o bonito, o governador do Bolsonaro assinou a carta com os governadores, outros traidores.

Na pandemia caçou o depoimento do Presidente, falando que estava estarecido com o posicionamento do Presidente quando, em março, ele falou tudo exatamente que iria acontecer e aconteceu. Naquele momento, além de não seguir nada das orientações do Presidente, disse estar estarecido com o posicionamento do Bolsonaro. E quando Moro deu aquela facada nas costas do Presidente, que foi a segunda facada e essa pelas costas, o bonito do Moisés quis lacrar e, ao invés de defender o Bolsonaro das acusações que, até hoje, não vingaram do Sérgio Moro, o que é que ele fez, convidou o Sérgio Moro para vir trabalhar no seu governo, afrontando mais uma vez o Presidente Bolsonaro.

E como não falar da sua classe, os bombeiros, que depositaram nele a esperança de certas mudanças que esperam há anos para se resolver, deixou de lado aqueles que nele esperavam algo muito melhor e serem muito mais assistidos do que foram, mantendo e não fazendo esforço algum para regularizar as escalas irregulares de 24x48 horas da classe que o elegeu.

Então, hoje, além do processo técnico, um processo político também fala muito alto porque, esta Casa, é uma Casa política e a bancada do Bolsonaro não perdoa a traição, porque nós o colocamos lá e ele não gastou praticamente dinheiro, perto, muito longe do que se gasta para fazer um Governador. *[Transcrição: Taquígrafa: Sílvia Regina S. da Rosa] [Revisão: Taquígrafa Sara L. Medeiros]*

E nós o colocamos lá, com muita honestidade e genuinidade, para ele trair o movimento dessa forma!? É imperdoável! Obrigado sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Deputado Sargento Lima, consulto se mais alguém deseja fazer uso da palavra no horário que é destinado ao PSL.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Sim Sr. Presidente, o Deputado Felipe Estevão fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, o Sr. Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO - Eu vou deixar uma fala aqui, clara ao nosso eleitorado, o eleitor catarinense, que a gente interage, e estamos aqui pela vontade deste povo. E me passava um filme na memória, Deputado Sargento Lima, os primórdios desta nossa caminhada, onde nos elegemos 10 deputados e o sr. Governador. Lembro da estratégia, eu conheci o sr. Carlos Moisés como Coronel Moisés, numa casa no bairro Morrotes, em Tubarão. E aí, na estratégia política, mudamos para comandante, porque o nome coronel soava como algo incisivo, meio imperador romano, e mudamos para comandante.

E, hoje, o fracasso deste Governo, literalmente é isso, é uma política pública, que foi exercida de dentro da Agrônômica, no ar condicionado do Centro Administrativo, e sem conhecimento da realidade dos catarinenses, isso é o motivo do fracasso do sr. Carlos Moisés. É claro que esse momento chegou, ele é tão lúgubre, tão difícil, talvez hoje, aqui no Parlamento, nesses quase dois anos que estou aqui, é o dia mais importante, porque é um divisor de águas na história de Santa Catarina. Eu trago à memória, quando acontecia em Roma, o triunfo, os romanos, isso literalmente é o que acontece hoje, é o que aconteceu com Governo. Quando um comandante romano vinha vitorioso, e eles deixavam o exército fora da capital romana, entravam numa biga, num cortejo real, que era a maior honraria de um comandante romano, e eles iam até o Senado, onde eles eram honrados, botavam palmas, que depois, da onde veio a origem salva de palmas.

Só que a história conta que esses comandantes ficavam inebriados com aquela honraria e perdiam a

total noção da realidade. Se sentiam semi-deuses, voltavam para as batalhas sem cota de malha, sem escudeiros, e eram mortos em campo. Todo aquele conhecimento se perdia em batalha, porque morria o comandante, inebriado com a vaidade. A vaidade e o orgulho precedem ao fracasso. Foi o que aconteceu com o sr. Carlos Moisés, quando pisa na Agrônômica, uma vez eleito Governador, já elaborando a transição, virou as costas para os Deputados, demonizou a sua bancada, demonizou o Parlamento e, conseqüentemente, isso ocasionou numa grande crise política em Santa Catarina. Queima largada na Pandemia, ou seja, uma série de desastres muito bem pontuados, eu não quero ser aqui enfadonho.

Mas quero deixar, aqui, esse registro ao povo catarinense que nos acompanha. Hoje nos posicionando, eu e a bancada, e falo com orgulho, com muita firmeza, porque durante quase dois anos, não só aqui a bancada do PSL, Deputados Lima e Jessé, e a Deputada Ana, uma bancada muito unida, e que eu me orgulho de acompanhar os trabalhos de cada um, de trabalhar junto a eles, claro, fazendo quórum a vários Deputados que eu vejo, aqui, peleando.

Vejo o Jerry na sua peregrinação pelo meio-oeste, eu sempre comento, e eu vi esses Deputados correndo nas Secretarias, mas um governo que nos chutava, nos ignorava. Eu olho para os pleitos da minha amada Laguna, cidade que eu tenho orgulho pelo chão que me viu crescer, e lembro-me da canalhice que fizeram com o porto, o caseiro dele é quem toca o porto, e até hoje o povo me cobra. Lembro-me do desprezo em cada reunião, em cada busca constante para que ele ouvisse as demandas, coisas singelas e simples, às vezes, Deputado Lima, mas nunca fomos respeitados. Ele só dizia, numa frase muito vaidosa e orgulhosa, vocês queimaram a ponte, ou seja, se não fosse um vassalo do sr. Governador, queimava a ponte. Então, hoje, esse posicionamento enérgico desta Casa é para dizer ao catarinense aonde nós vamos chegar, aonde nós chegaremos, com um Governo que

está numa inanição, levando nosso Estado há um colapso.

Eu amo Santa Catarina, Deputado Julio Garcia, e eu acho que é dever do Parlamento atuar como está atuando e conduzir. Pesa sobre os ombros do Parlamento, neste momento crítico, conduzir Santa Catarina às águas seguras. Conduzir nosso Estado à calma, à tranquilidade. Então, hoje, esse posicionamento enérgico, amigo catarinense, é por vocês. Hoje esse posicionamento radical e enérgico do Parlamento é para conduzir Santa Catarina de volta às águas tranquilas, onde tenhamos gestão, administração, onde o nosso Estado volte a sorrir, as pessoas voltem a confiar num governo técnico, num governo responsável, e que tenha experiência para fazer o nosso Estado voltar a ser grande.

Então, dentro desse princípio, com esta chama no coração, nós prosseguimos. Fui bem claro e volto a repetir esta frase, que publiquei, li e republicuei: a política pública de dentro da Agrônômica, no ar condicionado do Centro Administrativo, e sem conhecimento da realidade dos catarinenses, foi o motivo do fracasso do Sr. Carlos Moisés.

Que venha uma nova etapa, que o Parlamento continue atuando com maestria, com responsabilidade, que a nossa Santa Catarina volte a sorrir, que o nosso Estado volte a ser grande. Muito obrigado, sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. deputadas. Ouvi, aqui, da defesa, e o Parlamento é o lugar de se defender mesmo, enfim, de ações republicanas e democráticas desse Governo. Ouvir a defesa falar sobre democracia e ações republicanas, é a mesma coisa de ouvir um padre falar de disfunção erétil. Simples.

Vou adiante, quero transmitir os meus agradecimentos aqui, de forma antecipada, à minha bancada, bancada guerreira, aguerrida, bancada de heróis.

Anteriormente, o Deputado Fernando Krelling levantou um assunto, de como nós somos ofendidos

nessas duas últimas semanas. Não somos do mesmo partido, mas, porém, eu vi uma injustiça ser cometida aqui dentro, quando se levantou uma situação na nossa cidade. Eu sei o quanto tu queres bem Joinville, e quanto eu quero bem Joinville.

A gente vai ali, competir, de forma aguerrida, em outras batalhas. Mas golpe baixo, não. Dedo no olho e puxão de cabelo, não. Sei da pressão que levaste, e do respeito que eu tenho por ti e pela tua família, e quanto ela sofreu junto contigo.

Eu sei que, nesse momento, essa Pandemia nos impediu dessa galeria estar completamente repleta. Nesta galeria deveriam estar sentados, hoje, para se deixar em pé de igualdade, cada um dos donos e proprietários de empresas que tiveram seus CNPJs cancelados, deveriam estar todos sentados aqui em cima. Por um decreto mais imbecil do que o outro, se decretava o final do campeonato catarinense na sexta-feira à noite, no sábado de manhã, sabe Deus por quê ... Aliás, eu não vou citar Deus aqui, até porque eu sei que nós não devemos tomar o santo nome do Senhor em vão, tenho medo que caia um raio sobre minha cabeça, aqui dentro, de tanto evocar Deus para proteger "A", "B" ou "C". Se sinto um pesar no dia de hoje, é que a patrulha está desfalcada. Temos aqui um encaminhamento do Governador, da Vice, mas infelizmente houve um integrante da patrulha que abandonou sua guarnição.

Deputado Bruno Souza, o senhor disse bem, que busca soluções dos seus problemas, seria essa a linha de raciocínio do senhor, eu também busco. E entre a justiça e a lei, eu vou preferir a justiça, porque a lei, eu já vi, que é falha. Muitas vezes nós temos que pensar dessa forma, e dessa vez, asseguro a cada uma das pessoas, dos catarinenses que estão nos assistindo, que a lei não foi falha. Não foi falha! Também me debrucei sobre o relatório, Deputado Vampiro, se não o tivesse feito, tinha incumbido também a minha assessoria que assim o fizesse, e que conseguisse dissipar qualquer dúvida que havia ali. Qualquer dúvida. Dormi a melhor noite da minha vida de

ontem para hoje, e eu tenho certeza que essa noite vai ser ainda melhor que a anterior, porque todos os dias, todos os dias, eu faço esse pedido, que eu possa dormir com minha consciência tranquila. Mas, aqui, dentro dessa Casa, eu não vou evocar, como disse, a proteção de Deus, de forma nenhuma, para "A", "B" ou "C", até porque eu tenho absoluta certeza que Ele tem preocupações maiores, dentro de hospitais, dentro de clínicas de recuperação, pessoas que realmente são necessitadas, estão esperando uma ajuda, uma luz no fim do túnel, e que não pediram para estar ali, não pediram para estar naquele lugar.

Mais uma vez, minha brava bancada, agradeço vocês de coração por terem ouvido o chamamento, não do Sargento Lima, porque eu não o fiz, em momento nenhum, mas o chamamento de Santa Catarina. E quando digo, aqui, que é a Bancada Bolsonarista, eu vejo, aqui, na minha frente, não só a minha bancada, eu vejo vários e vários Deputados que em 2018, quando nós encampamos uma mudança, estavam lá utilizando o nome de Bolsonaro também, e não para angariar voto, porque são pessoas que têm muita competência para estar aqui dentro, mas porque também acreditaram na ideia daquele Deputado Federal carioca, fluminense, que mostrou um norte para o País, coisas que nós não tínhamos mais. Era o momento, um por um dos senhores aqui, sei bem! Com poucas exceções, e as exceções, as quais não levaram ele a votar em Bolsonaro, respeito completamente, mas a grande maioria, aqui dentro, foi Bolsonaro. Não só no segundo turno, no primeiro e no segundo turno, a grande maioria dos Deputados, desses 40 que estão aqui dentro. Respeito vocês, sei bem o que eu ouvi nos últimos dias, e vou tentar usar algo que para mim é o sentimento mais maravilhoso, o perdão para quem precisa, o perdão daqueles que são desavisados e nos acusaram, aqui, de estar tomando uma decisão errada. O perdão para os desavisados. Agora, para os avisados e aqueles que tinham plena consciência do que faziam, e acusavam e articulavam, como abelhinhas atarefadas trabalhavam noite e dia nas redes sociais, como

abelhinhas atarefados, indo e voltando. Essas aí, não têm o meu perdão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário é destinado ao PSD.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - A Deputada Marlene Flengler fará uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, a sra. Deputada Marlene Flengler.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FLENGLER - Boa noite Presidente! Boa noite, Colegas, e a todos que nos acompanham.

Eu só queria fazer um registro. Hoje, ficamos aqui a tarde inteira ouvindo os competentes defensores, tanto do Governador, quanto da Vice-Governadora, ouvimos também, eu já tinha lido, obviamente, o parecer do Deputado Vampiro, da própria Procuradoria dessa Casa, quando aceitou a denúncia, Procuradoria essa que se iguala com a Procuradoria do Estado, então tem a mesma competência para analisar o processo, quanto a do Estado para analisar, também, se existe a responsabilidade ou não.

Então, por isso mesmo, eu acho que o certo, o mais justo, é isso mesmo, é que se crie essa comissão, que se vote pela admissibilidade, e que esse processo seja analisado pelos cinco Desembargadores que o Tribunal sorteará. Então, serão sorteados, não serão escolhidos, e os cinco Deputados, que nós, 40 deputados aqui, escolheremos, elegeremos.

E que eu tenho certeza que, sob a Presidência do Presidente do Tribunal de Justiça, será feita justiça, não tenho dúvida nenhuma disso, e saio daqui com a consciência tranquila, também, pelo meu voto, exatamente por isso, porque será essa comissão que analisará o mérito desse processo. Então, o que nós estamos fazendo hoje é votando pela admissibilidade, só isso. Nós não fomos os denunciantes, a Assembleia recebeu o processo, nós estamos fazendo o que é de nossa responsabilidade. E a partir daqui, a comissão é que vai analisar, os Desembargadores, mais uma vez, os cinco

Desembargadores que serão sorteados. Os cinco deputados que serão eleitos por nós, aqui, sob a responsabilidade, sob a regência, a direção do Presidente do Tribunal de Justiça, é que tomarão a decisão, se o Governador e a Vice têm ou não responsabilidade nesse processo.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - No próximo horário, não há mais oradores inscritos no PSD, Deputado Kennedy Nunes.

Com a palavra, o Deputado Ivan Naatz, pelo PL.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. Presidente, o PL não fará manifestação, mas há o pedido do Deputado Marcius Machado para usar a palavra, não pelo partido, mas por ele.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não, o horário é do partido, não existe horário individual.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Então, com a palavra, o Deputado Marcius Machado.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, o Deputado Marcius Machado, pelo PL.

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Obrigado Sr. Presidente! Cumprimento a Vossa Excelência, Deputado Julio Garcia, a Mesa Diretora, Senhores Deputados, senhoras Deputadas, quem nos assiste nos canais respectivos, está em transmissão ao vivo pelo *Youtube*.

Senhor Presidente, hoje, é um dia de muita tempestade em Santa Catarina. Hoje não é um dia confortável para ninguém. Hoje é um dia que se define um prosseguimento de um ato, um prosseguimento de uma possível cassação de um Governador e de uma Vice-Governadora. E desde a admissibilidade na Assembleia, eu, como representante de 30.276 pessoas, especialmente da serra catarinense, no qual eu sou o único Deputado eleito, dos 18 municípios da Amures, eu não mais dormi, pensando, estudando, analisando, fazendo as minhas reflexões. E o que nós estamos passando hoje, nada mais é que a ganância de Procuradores do Estado, que ganham R\$ 33 mil, para que ocorresse uma equiparação salarial com R\$ 38 mil, que recebem os da Assembleia. Isto é, o piso de

Santa Catarina é quase R\$ 1.400,00, o auxílio emergencial é R\$ 600,00. Isso equivale a 55 vezes o que uma pessoa ganhou no auxílio emergencial.

E o que acontece? A minha primeira posição, Presidente Júlio Garcia, era fazer uma abstenção de voto. Por quê? Porque eu defendo, e já defendi aqui na tribuna, que quem deve decidir é o povo. Eu escutei a fala dos Colegas, dizendo que nós representamos "x" mil eleitores. Mas eu venho de uma raiz democrática, onde as pessoas devem decidir, se você escolheu, você retire. E essa tese, eu fui trabalhando com ela. Quando eu me posicionei contra a composição, pelo fato de não acordado o partido, no sentido de que era um Colega, e se não o fosse era para ser eu, aí eu votei contra.

O que aconteceu? Foi colocado na imprensa, Marcius Machado vota a favor de Carlos Moisés da Silva, para que não ocorra a cassação. E aí eu fiquei explicando, explicando, e dizendo não, eu não votei pela cassação, ou não, eu votei pela composição de uma comissão. E aí eu vi um lado muito forte, que querem que ocorra o prosseguimento do feito do jeito deles.

E hoje para fazer os estudos, coloquei também uma enquete na *internet*, e lá, um grande grupo pede a permanência do Governador. E aí, então, eu consegui trabalhar com os dois lados, observando o que as pessoas diziam, uns querem que de fato ocorra a cassação, outros não. Mas no sentido do prosseguimento do feito, e aí eu quero ressaltar que essa fase processual, não é a fase de cassação do Governador e da Vice, mas é uma fase de prosseguimento do feito, com cinco Desembargadores, por sorteio escolhidos, dentre 94 excelentíssimos Desembargadores, e mais cinco Deputados estaduais eleitos, sendo presidida a sessão pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Pois bem! Então eu fiz essa análise. E dando continuidade nessa minha conversa interna, eu no meu escritório, estudando, reavaliando, eu pensei o seguinte, Presidente: será que o Governador do Estado foi enganado? Será que ele foi levado a erro, quando os Procuradores, na vontade de

reajustar, porque nem tudo o que é legal é moral, ou depende a ótica, porque cada um tem o seu ponto de vista. E eu fiquei pensando, pensando, e voltei um histórico no início da legislatura, quando aqui apresentada a Reforma Administrativa. E na Reforma Administrativa foi colocada uma emenda que dizia o seguinte: Equipare-se o salário do Procurador do Estado com o Procurador da Assembleia. Foi aprovada, o Governador vetou, voltou para a Casa, e nós mantivemos o veto. Então, a minha ótica, no sentido: Será que o Governador foi enganado? Porque, imaginem, um Procurador do Estado diz, assine que está certo, então eu vou assinar, porque eu acredito em você, você é concursado, você tem capacidade técnica para isso.

Mas, num segundo momento, no outro questionamento que eu fiz, poxa vida, ele vetou a emenda! Ele vetou, e nós mantivemos o veto. Então, a minha tese, ela caiu por baixo, porque ele não foi induzido a erro. Eu tenho o direito, como ser humano, errar. Eu tenho! Mas quando eu erro, eu retorno e mudo o ato. Então, dentro dessa ótica, eu entendo, sr. Presidente, e quero deixar bem claro a você que está nos assistindo, e que tu vai escutar essa minha fala, porque é muito fácil, você atrás de um computador, ter um monte de pedras e atirar na gente, teclando, dizendo isso, dizendo aquilo. Eu quero ressaltar que, aqui, não é ser a favor do Governador, ou a favor do Presidente da Casa. Nós não estamos num referendo, é isso que querem impor para a gente. Vocês estão num referendo, porque se você é contra o Carlos Moisés, é a favor do Presidente. Não! Nós estamos num ato técnico.

Eu não vou entrar no mérito, se ele é um bom gestor, se ele não é um bom gestor, se ele me atendeu, se ele não me atendeu, se o secretariado expulsou um Deputado de uma reunião com o Prefeito ou não, porque isso não é o que está sendo debatido, analisado, estruturado. O que nós estamos trabalhando, neste momento, uma fase processual de que dê prosseguimento para que um grupo de Desembargadores, então técnicos, e um

grupo de Deputados, possam analisar, e aí, assim, decidir se vai ter ou não a cassação. E aqui eu quero reafirmar que o meu voto foi não ao prosseguimento da Vice-Governadora. Não.

Mas, neste momento, por entender esta questão técnica, eu vou votar sim, pelo prosseguimento do feito, por esse único motivo, de que na Reforma Administrativa houve um veto. [Transcrição: Taquígrafa Ana Maria Alano] [Revisão: Taquígrafa Sara L. Medeiros]

O que significa veto, você que está me escutando: ele não concordou. Então, ele era sabedor que existia uma equiparação. Aqui, nós não estamos discutindo os 33 milhões de reais, nós estamos discutindo outras coisas. Nós estamos discutindo um ato que ele sabia e, assim, ele outorgou uma equiparação salarial.

E para encerrar a minha fala, Presidente, eu quero dizer, olhando no olho do cidadão catarinense, que as pessoas se afastem de mim pelo que eu sou, do que se aproximarem de mim pelo que eu não sou. Questão técnica, ninguém está aqui, neste momento, cassando o governador do Estado ou a sua Vice-Governadora, mas dando continuidade a um ato para que um outro grupo possa analisar. Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário é do Partido dos Trabalhadores. Com a palavra o sr. Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Fará uso da palavra a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Então, quero cumprimentá-lo Presidente, cumprimentar todos os meus colegas deputados, deputadas; também quero cumprimentar todos os que estão nos acompanhando pelas redes sociais, todos os servidores da Assembleia Legislativa; também o meu cumprimento a doutora Anna Blasi, ao doutor Salomão Ribas Júnior, e ao doutor Marcos. Ainda, meus cumprimentos ao Leandro Maciel.

Quero, em primeiro lugar, dizer que nós temos várias autoridades ligadas a este Governo que estão acompanhando no Plenário da Alesc, e estendo também os meus cumprimentos. Bem, nós estamos

desde às 15 horas da tarde tratando desses dois processos de admissibilidade em relação ao processo de *impeachment*. Às vezes, eu me pergunto, Presidente Julio, de quem, mesmo, nós estamos tratando do *impeachment*, aqui, se é do governador Moisés, neste momento, ou se é do Presidente Bolsonaro, porque por horas eu imaginei que nós estávamos tratando do Presidente Bolsonaro, e não do Governador Moisés.

Quero dizer que, no meu terceiro mandato como deputada estadual, nós já tivemos muitos momentos difíceis, inclusive, com iniciativas de processos de *impeachment*, e que não foram acolhidos, que ficaram na gaveta. Agora, nós temos vários pedidos de *impeachment*, alguns arquivados, e esses, então, como o de hoje, para que quem nos acompanha saiba, nós não estamos, neste momento, tratando de processo de *impeachment* dos respiradores, que trata dos respiradores, não é nada disso. É apenas da gratificação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina. Quero reforçar isso para que a gente não perca o foco da nossa discussão, do porquê estamos neste momento.

Em primeiro lugar, quero resgatar sempre, às vezes esquecida, a nossa Constituição Federal, que trata da harmonia e da autonomia dos Poderes. Quando trata da harmonia e da autonomia dos Poderes, se estabelece uma relação de harmonia, autonomia não absoluta, mas relativa. Quero dizer o seguinte, quero dizer que o Poder Executivo não pode tudo, por isso existe o poder moderador, que é o Parlamento Catarinense e, de outra forma, o Parlamento Catarinense tem limites na sua atuação.

Eu falo isso porque o que nós estamos discutindo desde às 15 horas da tarde, me parece, muitas vezes, que é também uma relação de limite entre um Poder e o outro, mas eu quero dizer aqui, com tamanha consciência, que eu não estou, neste momento, como deputada, avaliando a gestão do governo. Não cabe a nós avaliarmos a gestão do governo, até porque, Deputados, tem muitas ações extremamente positivas no combate à COVID, no debate da Educação, em diferentes políticas de Estado; muitas equipes sérias de profissionais

trabalhando. Então, para mim, a gente não joga tudo fora, o que nós estamos aqui, com muita sensatez e responsabilidade, avaliando, é se a gratificação dos procuradores tem amparo legal ou não. E aí eu quero dizer que, em todos os estudos jurídicos que eu fiz, não está pacificado no meio jurídico isso, portanto, é isso que nos angustia demais, porque não está pacificado. Há entendimentos de que é auto declaratório, pela Constituição, e há entendimentos de que precisa ter lei autorizativa. Este é o ponto, por isso é que nós temos que cuidar quando a gente excede o limite do debate, porque a gente perde credibilidade.

Não somos nós, 40 deputados, que vamos avaliar, neste momento, se o governador é mais conservador, menos conservador, mais Bolsonarista ou menos Bolsonarista. Isso, as urnas é que vão avaliar, todos os catarinenses é que devem avaliar, o que nós temos que ter é foco, o processo de *impeachment*, neste momento, é para avaliar a gratificação, e como eu falei, não está pacificada no meio jurídico. Bom, aí entra o debate, também, da teoria do domínio de fato, que começou, nos últimos anos, a ganhar força. E eu espero que o meio jurídico brasileiro, definitivamente, resolva isso, porque também coloca em risco a atuação de prefeitos de, governadores, de presidentes, dos gestores públicos como um todo, causando suspeição o tempo todo, se algo de errado acontece, ora o chefe maior tem que saber, ora o chefe maior é responsável.

Então, nós precisamos ter cuidado quando a gente entra, quando a gente excede na nossa análise para não perdermos credibilidade. E aí eu quero amarrar outra questão, que me parece, cabe neste momento. Bom como eu falei, estou no meu terceiro mandato e já vi outros pedidos de *impeachment* em mandatos anteriores, aqui tem colegas de mais tempo e tem muitos colegas novos. Quando eu fui eleita, neste último mandato, a segunda mais votada num momento muito difícil para o meu partido, com 61.271 votos, eu ouvi o tempo

todo a tal da velha da nova política. Nós todos aqui, quem estava mais tempo, são os velhos, e os novos é que trazem o rescaldo da mudança e de fazer o certo. E nós fazíamos o errado.

Eu quero primeiro dizer que essa nova política tem se mostrado incompetente e incapaz para o diálogo, essa nova política se sustenta em teses obscuras e em teses diabólicas que criminaliza, inclusive, os partidos e a política, e constrói uma lógica do ódio. E numa democracia, quando a gente não consegue discutir e distribui ódio, e não se faz mas política, é o caos, é o fim, desequilibra a sociedade. Então, eu quero dizer que esta nova política não faz bem para o cidadão catarinense e para o cidadão brasileiro, e o caos está aí colocado. Se falta diálogo em Santa Catarina, imaginem no Governo Federal, imaginem no Governo Federal quanta falta de diálogo tem com diferentes setores.

Por isso, eu quero dizer para quem é novo na política que os novos deveriam saber que nós lutamos muito para ter o instrumento democrático de eleição direta, lutamos muito, muita gente perdeu a vida, muita gente foi torturada para ter esse mecanismo garantido na nossa Constituição, que é a soberania popular, o voto direto da população, e está na hora de compreender, definitivamente, que para haver democracia sustentada, consolidada, é preciso haver equilíbrio, é preciso haver respeito, é preciso haver fortalecimento das instituições. Eu não quero matar ninguém dos meus adversários, eu quero que eles tenham o direito de pensar diferente, como eu, mas assim eu também tenho. Então, esse é um debate que nós precisamos aprofundar, este governo foi eleito, sim, nós também fomos, todos nós, cada um exercendo a sua função, e é por isso, colegas Deputados, que muita gente ficou o tempo todo, inclusive a imprensa, eu fui muitas vezes emparedada, nesse período do *impeachment*, para dizer qual seria o voto meu e da bancada do PT, e por que nós demoramos tanto para decidir pelo voto. Demoramos muito porque consultamos assessoria jurídica nacional, consultamos

advogados constitucionalistas, e consultamos o nosso partido. Nós fizemos duas reuniões, uma, inclusive, hoje, e discutimos toda essa situação da criminalização da política, do fortalecimento do voto direto, do voto popular que representa o desejo do povo catarinense, e foi a partir de dessa consulta jurídica, e a partir dessas duas reuniões, que o PT, hoje, decide, então, com os seus quatro deputados votar junto, não pela cassação, mas pelo prosseguimento da investigação. Nós somos a favor a investigação, mas, mais do que isso, nós queremos sempre fortalecer o voto direto do catarinense.

Portanto, vamos começar, a partir de agora, vamos protocolar, buscar assinaturas, para que a gente tenha uma proposta de emenda à constituição para que, se houver a cassação, independente de ser este ano ou no ano que vem, nós possamos ter eleição direta para Governador e Vice-Governador de Santa Catarina. Então, este é o processo, somos a favor para que se continue as investigações, e esse tribunal paritário, de cinco desembargadores e cinco Deputados, vai julgar, precisando ter dois terços dos votos. Portanto, sete votos a favor a cassação de ambos, governador e vice, para que ocorra, então, a eleição. E nós defendemos que não seja a eleição feita pelo Parlamento catarinense, mas com o voto dos catarinenses, numa eleição direta de Governador e Vice-Governador.

Então, eu quero agradecer, Presidente, a oportunidade de falar aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, e deixar o nosso voto muito transparente, como eu falei para os jornalistas, se acalmem que, no dia da votação, o voto é aberto, e todos saberão quais serão os nossos votos. É isso, muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Deputado Fabiano da Luz, há mais algum orador inscrito?

O próximo horário é do Progressistas, não há oradores inscritos. Líder João Amin, Deputado José Milton, Deputado Altair? Não há oradores pelo Progressistas.

Deputado Nazareno Martins, pelo PSB?

O SR. DEPUTADO NAZARENO MARTINS - Consulto o Deputado Laércio se deseja se manifestar.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - Deputado Nazareno Martins, muito obrigado, vossa excelência já me concedeu a palavra antes.

O SR. DEPUTADO NAZARENO MARTINS - Então, encerramos, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - PSDB, Deputado Marcos Vieira, Líder.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Senhor Presidente, de comum acordo com Deputado Vicente Caropreso, o PSDB dispensa o tempo.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dispensado o tempo do PSDB. PDT, Deputada Paulinha.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Eu também, senhor Presidente, já fiz as considerações que precisava hoje. Obrigada.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Deputado Bruno Souza, pelo Novo. Ausente.

Deputado Cesar Valduga. Também dispensa o tempo. Deputado Jair Miotto.

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - Agradeço, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dispensa o tempo também, e ainda o Republicanos, Deputado Sergio Motta. Também dispensa o tempo.

Então, está encerrada a discussão. Vamos proceder à votação nos mesmos moldes que procedemos em relação ao Decreto n. 007/2020. O voto será tomado pelo Primeiro Secretário, Deputado Schuster.

(Procede-se à chamada dos srs. Deputados para votação.)

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - Senhor Presidente, dando continuidade à votação, nós vamos iniciar por chamada nominal, novamente, pelas bancadas partidárias, começando pelo MDB.

O Líder Deputado Luiz Fernando Vampiro, vota como?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Senhor secretário, eu voto "sim" pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro vota "sim".

Como vota a sra. Deputada Ada De Luca?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pelos motivos já explanados anteriormente, não tenho alegria nenhuma, mas eu voto "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada Ada De Luca vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Fernando Krelling?

O SR. DEPUTADO FERNANDO KRELLING - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Fernando Krelling vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Jerry Comper?

O SR. DEPUTADO JERRY COMPER - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Jerry Comper vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Mauro de Nadal?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Mauro de Nadal vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Moacir Sopelsa?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Moacir Sopelsa vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Romildo Titon?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Romildo Titon vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Valdir Cobalchini?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Valdir Cobalchini vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Volnei Weber?

O SR. DEPUTADO VOLNEI WEBER - Pela continuidade da análise do processo, eu voto "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Volnei Weber vota "sim".

Agora, a Bancada do PSL.

Como vota o Líder, sr. Deputado Sargento Lima?

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Deputado Sargento Lima vota "sim".

Como vota a sra. Deputada Ana Campagnolo?

A SRA. DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada Ana Campagnolo vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Coronel Mocellin?

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Coronel Mocellin vota "não".

Como vota o sr. Deputado Felipe Estevão?

O SR. DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Felipe Estevão vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Jessé Lopes?

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Pela honra do nosso Presidente da República, o meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Jessé Lopes vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Ricardo Alba?

O SR. DEPUTADO RICARDO ALBA - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Ricardo Alba vota "sim".

Agora, a Bancada do PSD.

Como vota o Líder, sr. Deputado Kennedy Nunes?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. Presidente, eu voto "sim". E peço, tanto ao Governador, como à Daniela, para deixarem as residências oficiais neste período de afastamento. Obrigado.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado e Líder Kennedy Nunes vota "sim"

Como vota o sr. Deputado Ismael dos Santos?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Ismael dos Santos vota "sim".

Como vota a sra. Deputada Marlene Fengler?

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada Marlene Fengler vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Milton Hobus?

O SR. DEPUTADO MILTON HOBUS - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Milton Hobus vota "sim".

Agora, a Bancada do PL.

Como vota o Líder, sr. Deputado Ivan Naatz?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - O meu voto é "sim",

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Deputado Ivan Naatz vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Marcius Machado?

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Marcius Machado vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Maurício Eskudlark?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Sr. Deputado Maurício Eskudlark vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Nilson Berlanda?

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Nilso Berlanda vota "sim".

Agora, a Bancada do PT.

Como vota o Líder, sr. Deputado Fabiano da Luz?

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Deputado Fabiano da Luz vota "sim".

Como vota a sra. Deputada Luciane Carminatti?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada Luciane Carminatti vota "sim".

Com vota o sr. Deputado Neodi Saretta?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Neodi Saretta vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Padre Pedro Baldissera?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Padre Pedro Baldissera vota "sim".

Agora, a Bancada do Partido Progressista.

Como vota o Líder, Deputado João Amin?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Deputado João Amin vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Altair Silva?

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Altair Silva vota "não".

Como vota o sr. Deputado José Milton Scheffer?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado José Milton Scheffer vota "não".

Agora, a Bancada do PSB.

Como vota o Líder, sr. Deputado Nazareno Martins?

O SR. DEPUTADO NAZARENO MARTINS - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, Deputado Nazareno Martins vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Laércio Schuster?

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Laércio Schuster vota "sim".

Agora, a Bancada do PSDB.

Como vota o Líder, sr. Deputado Marcos Vieira?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Deputado Marcos Vieira vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso?

O SR. DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Doutor Vicente Caropreso vota "não".

Agora, a Bancada do Partido Novo.

Como vota o Líder, sr. Deputado Bruno Souza?

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, Deputado Bruno Souza vota "não".

Agora, a Bancada do PCdoB.

Como vota o Líder, Deputado Cesar Valduga?

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, Deputado Cesar Valduga vota "sim".

Agora, a Bancada do PDT.

Como vota a Líder, Deputada Paulinha?

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A Líder, Deputada Paulinha vota "não".

Agora, a Bancada do PSC.

Como vota o Líder, Deputado Jair Miotto?

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - O meu voto é "sim", pela admissibilidade e prosseguimento do processo.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, Deputado Jair Miotto vota "sim".

Agora, a Bancada do Republicanos.

Como vota o Líder, Deputado Sergio Motta?

O SR. DEPUTADO SERGIO MOTTA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, Deputado Sérgio Motta vota "sim".

De volta à Bancada do PSD, o nosso Presidente, Deputado Julio Garcia, como vota?

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Pela "abstenção".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, "abstenção".

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Está encerrada a votação.

Proclamamos o resultado.

Votaram 40 senhores Deputados.

Temos 33 votos "sim", 6 (seis) votos "não" e 1 (uma) abstenção.

Está aprovado o Decreto Legislativo n. 008/2020.

Agradeço a todos os srs. Deputados e senhoras Deputadas por essa participação e, antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, extraordinária, para 20h45, para votação da redação final dos dois decretos.

Está encerrada a sessão.

*(Ata sem revisão dos oradores)*

*[Transcrição e revisão: Taquígrafa Sara L. Medeiros]*